



**Simulado de Direito Constitucional: Poder Executivo
(CESPE/TRE-RS/2015)**

01) O Brasil adota o sistema parlamentarista, sendo as funções de chefe de Estado e de governo exercidas unicamente pelo presidente da República, que é eleito pelo povo e tem ampla liberdade para escolher os ministros de Estado.

Comentário:

Presidencialismo x Parlamentarismo		
	Presidencialismo	Parlamentarismo
Conceito	Sistema de governo em que a Chefia de Estado e Chefia de Governo é exercida pelo Presidente da República, sendo este responsável por escolher os Ministros de Estado e enviar seus projetos de lei ao parlamento.	Sistema de governo em que o representante do Poder executivo é escolhido pelo parlamento (Poder legislativo), sendo os projetos de leis e as decisões do Presidente submetidas a votação do legislativo.
Poder Executivo	Presidente da República exerce.	Primeiro-Ministro ou Chanceler exerce.
Escolha do representante	O P.R é escolhido por meio do voto direto do povo.	O Primeiro-ministro é escolhido pelo legislativo, por meio da votação interna. Pode também ser escolhido pelo Chefe de Estado a partir de uma lista apresentado pelo parlamento.
Tempo de Mandato	Tempo por um período determinado, no Brasil o mandato é de 4 anos, admitida uma reeleição.	Tempo indefinido.
Origem	EUA	Inglaterra
Função do Legislativo	Fiscalizar e aprovar os projetos de lei do Executivo.	Todas as decisões do executivo passam pelo parlamento. Responsável por escolher o Chefe de Governo.
Exemplos	Brasil, EUA	Canadá, Suécia, Itália Inglaterra.
Que tipo de Regime de governo é aplicado.	República	Monarquia e República
Fonte: https://www.diferenca.com/parlamentarismo-e-presidencialismo/		

Gabarito: Errado.

(CESPE/Câmara dos Deputados/2012)

02) Com relação à organização dos Poderes, julgue o item consecutivo.

No âmbito federal, o Poder Executivo é exercido pelo presidente da República, com o auxílio dos ministros de Estado.

Comentário:

CF/88. Art. 76. O Poder Executivo é exercido pelo **Presidente da República**, auxiliado pelos **Ministros de Estado**.

Gabarito: Correto.

(CESPE/TRE-MT/2015)

03) Ocorrendo, a qualquer momento, a vacância dos cargos de presidente e de vice-presidente da República no decorrer do mandato, deverá ser convocada eleição no âmbito do Congresso Nacional para a ocupação de ambos os cargos.

Comentário:

CF/88. Art. 80. Em caso de **impedimento** do **Presidente e do Vice-Presidente**, ou **vacância** dos respectivos cargos, serão **sucessivamente** chamados ao exercício da Presidência o **Presidente da Câmara dos Deputados**, o do **Senado Federal** e o do **Supremo Tribunal Federal**.

CF/88. Art. 81. **Vagando** os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição **noventa dias** depois de aberta a última vaga. (**Eleição Direta**);

§ 1º - Ocorrendo a vacância **nos últimos dois anos** do período presidencial, a **eleição para ambos os cargos** será feita **trinta dias** depois da última vaga, pelo **Congresso Nacional**, na forma da lei. (**Eleição Indireta**)

Atenção!

Os eleitos nesses casos terão o papel apenas de **completar o mandato dos seus antecessores**.

§ 2º - Em qualquer dos casos, os **eleitos deverão completar o período de seus antecessores**.



Atenção!

O STF entende que os entes federativos têm **autonomia** para decidir **acerca dos procedimentos de dupla vacância**, **não sendo aplicado o princípio da simetria**.

Gabarito: Errado.

(CESPE/DPU/2016)

04) Cargos públicos vagos podem ser extintos por meio de decreto presidencial, sendo dispensável a edição de lei em sentido estrito.

Comentário:

CF/88. Art. 84. Compete **privativamente** ao Presidente da República: (**Rol Não-Exaustivo**)

VI – dispor, **mediante decreto**, sobre: (**Decreto Autônomo** – Ato Normativo Primário e Delegável)

a) **organização e funcionamento da administração federal**, quando **não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos**; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

b) **extinção de funções ou cargos públicos**, quando **vagos**; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

Gabarito: Correto.

(CESPE/TCE-PA/2016)

05) A concessão de indulto e a comutação de penas são competências indelegáveis do presidente da República.

Comentário:

Competências Delegáveis aos Ministros de Estado, PGR e ao AGU

- Editar **Decretos Autônomos**;
- **Conceder Indulto e Comutar Penas**;
- **Prover e Desprover cargos públicos**.

Gabarito: Errado.

(CESPE/SEFAZ-AL/2020)

06) Quanto à organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, julgue o item a seguir.

Tanto em caso de infrações penais comuns quanto de crimes de responsabilidade, compete à Câmara dos Deputados o juízo de admissibilidade da acusação apresentada contra o presidente da República.

Comentário:

CF/88. Art. 86. **Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados** (Juízo de Admissibilidade), será ele submetido a julgamento perante o **Supremo Tribunal Federal**, nas **infrações penais comuns**, ou perante o **Senado Federal**, nos **crimes de responsabilidade** (Infrações Político-Administrativas).

Gabarito: Correto.

(FCC/TRE-RR/2015)

07) Admitida a acusação feita ao Presidente da República por crime de responsabilidade pela Câmara dos Deputados, o Chefe do Executivo ficará automaticamente suspenso do exercício de suas funções.

Comentário:

CF/88. Art. 86. § 1º O Presidente ficará **suspenso** de suas funções:

I - nas **infrações penais comuns**, se recebida a **denúncia ou queixa-crime** pelo Supremo Tribunal Federal;

Atenção!

O STF só poderá analisar alguma questão jurídica **após o Juízo de Admissibilidade** da C.D.

O STF pode (**ato discricionário**) decidir por **rejeitar a denúncia**, **após o juízo de admissibilidade**, e **não instaurar o processo**.

II - nos **crimes de responsabilidade**, **após a instauração do processo** pelo Senado Federal.

Atenção!

O processo no S.F é **presidido pelo Presidente do STF**.



O direito à **ampla defesa** e ao **contraditório** é possível na fase de **Juízo de admissibilidade**.

O Senado Federal **não está vinculado** ao **juízo de admissibilidade** da C.D, tendo **discricionariedade** de instaurar ou não o processo.

Gabarito: Errado.

(CESPE/TRE-PI/2016)

08) A respeito das atribuições do presidente da República e dos ministros de Estado, julgue o item.

Os cargos de ministro de Estado, de livre nomeação pelo presidente da República, devem ser ocupados por brasileiros natos, maiores de vinte e um anos de idade, no pleno exercício de seus direitos políticos.

Comentário:

CF/88. Art. 87. Os **Ministros de Estado** serão escolhidos dentre brasileiros (**Natos ou Naturalizados**) **maiores de vinte e um anos** e no exercício dos direitos políticos.

Atenção!

Apenas o **Ministro da Defesa** deve ser brasileiro **nato**.

Gabarito: Errado.

(Quadrix/CRESS-GO/2019)

09) O Conselho da República é um órgão superior de consulta do presidente da República e, entre outras competências, deve pronunciar-se sobre intervenção federal, mas é ao Congresso Nacional que cabe, exclusivamente, aprová-la.

Comentário:

CF/88. Art. 89. O **Conselho da República** é órgão **superior de consulta** do Presidente da República, e dele participam:

I - o **Vice-Presidente** da República;

II - o **Presidente da Câmara dos Deputados**;

III - o **Presidente do Senado Federal**;

IV - os **líderes da maioria** e da **minoridade** na **Câmara dos Deputados**;

V - os **líderes da maioria** e da **minoridade** no **Senado Federal**;

VI - o **Ministro da Justiça**;

VII - **seis cidadãos brasileiros natos**, com **mais de trinta e cinco anos de idade**, sendo **dois nomeados** pelo **Presidente da República**, **dois eleitos pelo Senado Federal** e **dois eleitos pela Câmara dos Deputados**, todos com mandato de **três anos**, **vedada a recondução**.

CF/88. Art. 90. Compete ao **Conselho da República** **pronunciar-se** sobre:

I - **intervenção federal**, estado de defesa e estado de sítio;

II - as questões relevantes para a **estabilidade das instituições democráticas**.

§ 1º O Presidente da República poderá **convocar Ministro de Estado** para participar da reunião do Conselho, quando constar da pauta **questão relacionada com o respectivo Ministério**.

§ 2º A **lei** regulará a **organização e o funcionamento** do Conselho da República.

CF/88. Art. 49. É da competência **exclusiva** do **Congresso Nacional**:

IV - **aprovar** o estado de defesa e a **intervenção federal**, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;

Gabarito: Correto.

(CESPE/MPE-AC/2014)



10) De acordo com o STF, são inaplicáveis aos governadores o instituto da imunidade formal relativa à prisão do presidente da República e a cláusula de responsabilidade relativa, mesmo que haja previsão a tal respeito nas constituições estaduais.

Comentário:

STF/ADI 978 PB

O Estado-membro, ainda que em norma constante de sua própria Constituição, **não dispõe de competência para outorgar ao governador a prerrogativa extraordinária da imunidade à prisão em flagrante, à prisão preventiva e à prisão temporária**, pois a disciplinação dessas modalidades de prisão cautelar submete-se, **com exclusividade, ao poder normativo da União Federal**, por efeito de **expressa reserva constitucional de competência definida pela Carta da República**. A norma constante da Constituição estadual – que impede a prisão do governador de Estado antes de sua condenação penal definitiva – **não se reveste de validade jurídica** e, conseqüentemente, **não pode subsistir em face de sua evidente incompatibilidade com o texto da CF**.

Gabarito: Correto.
